

Mudanças na política penitenciária

Procurador leva
a Cristovam
documento com
as sugestões

Comissão quer
que todos os
presidiários
tenham trabalho

O procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal, Humberto Adjuto Ulhôa, entregou ontem ao governador Cristovam Buarque o resultado do trabalho da comissão instituída em maio para apresentar propostas de uma nova política penitenciária para o DF.

Entre as principais sugestões apresentadas estão a criação do Conselho de Política Criminal e Penitenciário e o Fundo Penitenciário que vão assegurar a reforma do sistema carcerário. O estudo prevê garantia de trabalho para todos os condenados.

Comissão

A comissão foi instituída por Ulhôa mas com a participação de representantes da Polícia Civil do DF, Conselho Penitenciário, Coordenação do Sistema Penitenciário (Cosipe), Vara de Execuções Penais, Defensoria Pública e Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF (Funap), além dos promotores públicos. O procurador considera que essas duas medidas são fundamentais para garantir o sucesso da adoção de uma política criminal eficiente porque vai contar inclusive com a participação da sociedade.

O governador ficou entusiasmado com o estudo apresentado pelo Ministério Público (MP) e já encarregou o secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, de fazer uma breve análise das propostas, já na forma de ante-



Felipe Barra

HUMBERTO Ulhôa instituiu comissão para estudar as mudanças

projetos de lei, para encaminhá-las à Câmara Legislativa na próxima semana. "Sem dúvida, são propostas inovadoras. O Conselho, da forma como foi proposto, é mais um canal de discussão entre o cidadão e o Estado sobre um tema que interessa a todos", afirmou o governador.

Cadeias públicas

O secretário também comemorou a contribuição de Ulhôa: "Quanto mais a Segurança se aproxima do Ministério Público, mais as duas instituições vão ganhar". Além do Conselho e do Fundo Penitenciário, o estudo se aprofundou em questões cruciais que vão desde a criação de cadeias públicas para abrigar presos aguardando julgamento e esvaziar, enfim, as Delegacias de Polícia, até um plano de carreira para os agentes penitenciários.

A comissão propõe, ainda, cursos de aprimoramento e reciclagem para policiais; criação de

um núcleo de assistência psicológica para os policiais; instalação de albergues em cada cidade do DF para condenados em regime aberto; classificação dos internos de acordo com o grau de periculosidade e a partir da elaboração do perfil psicológico; criação de um posto de saúde para atendimento médico e odontológico em cada estabelecimento penal; e até a instalação de um sistema de videoconferência que permita ao preso comunicar-se com advogados, promotores e juízes.

Penas

Estão previstas, também, reformas legislativas para reestruturação dos critérios de progressividade na execução das penas, com o estabelecimento de requisitos temporais diferenciados, de acordo com a gravidade do crime; incentivo para a formação educacional do preso com possibilidade de remição da



Arquivo

ROBERTO Aguiar analisa propostas para encaminhá-las à Câmara

pena para os que estudam; conversão da multa em pena de detenção e de isenção judicial quando comprovada a impossibilidade de efetuar o pagamento por falta de condições financeiras; aplicação de efeito suspensivo nos recursos de execução penal, quando demonstrados o *periculum in mora* (perigo da demora) e *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito).

A Comissão do Ministério Público, apesar de considerar que todas as medidas sugeridas são igualmente importantes para a solução dos problemas carcerários, a ênfase maior foi dada à necessidade de instalação do Conselho de Política Penitenciária e à criação do Fundo Penitenciário do DF.

Tarefa

Caberá ao Conselho elaborar, estruturar e dirigir a política penitenciária tendo como função até mesmo promover avaliações

periódicas do sistema. Farão parte do Conselho, além de representantes das entidades afins, dois professores universitários das áreas de Psicologia e Sociologia e três representantes da comunidade escolhidos preferencialmente entre os participantes dos Conselhos Comunitários do DF. Todos deverão ser indicados pelo Juiz da Vara de Execuções Criminais da Circunscrição Judiciária do DF.

O Fundo Penitenciário vai reunir todos os recursos destinados ao setor, hoje dispersados, e terá, também, que buscar recursos para viabilizar a reforma do sistema penitenciário. Entre as sugestões, o procurador-geral destaca os recursos provenientes de pagamentos efetuados em virtude de cumprimento de condições estipuladas na transação penal ou suspensão processual.

FÁTIMA XAVIER

Repórter do Jornal de Brasília